



O PRESENTE E O FUTURO DO MOVIMENTO ECUMÊNICO

Philip Potter

(Tradução de uma entrevista com novo Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas, feita para a publicação alemã, *Evangelische Kommentare*, pelos seus redatores-chefes, Hans Nobert Janowski e Eberhard Stammler).

“Não podemos tratar da renovação de pessoas, grupos e igrejas, sem encarar as questões da autoridade e do poder; nem do serviço, sem chegar a um acordo sobre a luta pela justiça — a revolução, e o problema da violência e da não-violência.”

Pergunta: Fala-se muito, no momento, numa crise ecumênica. Considera isto correto? Em caso afirmativo, onde situa as razões de tal crise?

Resposta: Pode-se dizer que uma crise existe. O próprio êxito do movimento ecumênico foi que a gerou. Nestes quase vinte e cinco anos, um grande número de igrejas — desde Ortodoxas até Pentecostais, bem como algumas chamadas igrejas jovens — ingressaram nesta comunidade que nos reúne. Temos, atualmente, um relacionamento muito estreito com a Igreja Católica Romana. Aí está um fator.

Outro, tem a ver com a natureza dos problemas que temos de enfrentar, que são muito mais críticos hoje do que eram antigamente. Não podemos falar na unidade da igreja, sem falar na unidade da raça humana. Nem falar na missão da igreja — a proclamação do Evangelho de Jesus Cristo — sem perceber que o evangelho tem implicações políticas. Não podemos tratar da renovação de pessoas, grupos e igrejas, sem encarar as questões da autoridade e do poder; nem do serviço, sem chegar a um acordo sobre a luta pela justiça — a revolução, e o problema da violência e da não-violência.

Em terceiro lugar, estes novos fatores exercem uma forte pressão sobre o movimento conciliar, em todas as suas formas e nos seus diversos níveis. As igrejas não se sentem ainda suficientemente comprometidas umas com as outras para se abrirem a uma comunidade ainda mais ampla, e a um movimento que ultrapasse os limites confissionais.

O perigo hoje está em que o CMI, tendo de enfrentar desafios radicais, que podem levar à polarização, se distancie demais da maioria das suas igrejas, e venha a ser olhado por elas com desconfiança, senão mesmo com hostilidade.

P.: Onde situaria as modificações havidas na evolução do movimento ecumênico, desde a Segunda Guerra Mundial?

R.: Bem, dividiria o período desde o final da guerra até o presente, em duas etapas. A primeira se estende de 1948, quando se formou o Conselho Mundial de Igrejas, até a Terceira Assembléia, em Nova Delhi, 1961; e a segunda, daquela data até o presente.

P.: O que ocasionou a mudança, naquela ocasião?

R.: As razões óbvias são estas: em Nova Delhi, as Igrejas Ortodoxas Orientais (lideradas pela Igreja da Rússia) ingressaram no movimento, bem como diversas outras igrejas da Ásia, da África e da América Latina; e algumas questões referentes à Ásia foram colocadas pelos asiáticos, à sua maneira própria, o que constituiu um desafio a todo o pensamento ecumênico, que fora dominado pelo Ocidente. Mas houve também outras razões. Entré a década dos cinquenta e a dos sessenta, as realidades políticas se haviam modificado radicalmente.

P.: Quais as características do primeiro período?

R.: Nesse período, a iniciativa coube ao Conselho Mundial de Igrejas e ao movimento ecumênico. No segundo, os aconte-

cimentos do nosso mundo tomaram a iniciativa, e o movimento ecumênico tem tido que responder a esses acontecimentos. Por exemplo, no primeiro período, após a guerra, o Conselho Mundial serviu admiravelmente como órgão de colaboração na tarefa de promover a reconciliação entre as igrejas do Ocidente, filiadas ao Conselho — principalmente através do trabalho da Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais. Também a Divisão de Ajuda Inter-elesiástica aos Refugiados e Serviço Mundial desempenhou importante papel, mormente em relação às Igrejas Ortodoxas dos países árabes e mediterrâneos. E durante a guerra fria — quando as questões se situavam entre o Leste e o Ocidente, no hemisfério norte, o CMI também prestou uma contribuição relevante. Nos países ocidentais, os líderes cristãos encontraram amplas oportunidades de colaboração no sentido de que os seus governos assumissem atitude mais aberta em relação à co-existência. Além disto, os problemas com que se defrontava o Terceiro Mundo eram colocados, então, principalmente no Ocidente, e o Conselho Mundial iniciou uma grande variedade de programas para tratar deles: o estudo das áreas de rápida transformação social, a criação de conselhos regionais, apoio a projetos de serviço, etc. O Conselho também tomou a frente em relação à questão racial, através de pronunciamentos (sobretudo na Segunda Assembléia, Evanston, 1954); e de reuniões com as igrejas Reformadas da África do Sul.

P.: Acha que nessa primeira fase o Conselho Mundial foi fortemente influenciado pelo Ocidente?

R.: Sim, porque o movimento ecumênico nasceu nas igrejas do ocidente. Os seus líderes eram ocidentais, embora alguns deles, tais como Mott, Oldham e Visser 't Hooft, fossem bastante sensíveis em relação ao Terceiro Mundo. Mas era, inevitavelmente, um movimento de natureza ocidental — inclusive na sua teologia e eclesiologia.

P.: Ter-se-á modificado também, através destes novos fatos, o conceito de sociedade responsável?

R.: Sim. O primeiro pronunciamento do Conselho sobre a sociedade responsável, em 1948, foi uma tentativa de pôr em balanço os valores das sociedades capitalista, socialista e comunista, e de encontrar — desde um ponto de vista cristão — algo que os cristãos, bem como outras pessoas de boa vontade, pudessem aceitar. Foi um pronunciamento de consenso. E, naturalmente, foi alvo de críticas de todos os lados. Hoje, porém, não podemos mais falar em termos de consenso, porque as questões são muito mais profundas e complexas, e mais diretamente ligadas a situações locais. Além disto, elas têm implicações geopolíticas, que são bem mais difíceis de se resolver.

II

P.: É de opinião que, em lugar do consenso, chegou uma época de conflito, que tem de ser enfrentada?

R.: Concordo plenamente em que a época do consenso se esgotou. Isto não quer dizer que não possamos ter convicções comuns, mas sim que, buscando pôr em prática as nossas convicções, temos de agir em relação às realidades. Enquanto funcionávamos em termos internacionais de âmbito global, e através da formulação de princípios gerais, era fácil alcançar acordos em que houvesse concessões de parte a parte. Todavia, o movimento ecumênico nos trouxe até o ponto que exige decisão e ação, e estas têm de se efetuar em termos das realidades de situações concretas. E é aí que surge, inevitavelmente, o conflito.

P.: Quais são algumas dessas realidades geradoras de conflito?

R.: Uma delas é a das relações entre países ricos e pobres. As igrejas do Ocidente,

que têm predominado no movimento ecumênico, estão ligadas às nações ricas, e as suas relações com as igrejas da Ásia, da África e da América Latina, através das sociedades missionárias, têm sido as relações entre ricos e pobres, de dominação e dependência. Outra realidade é a do conflito racial. Enquanto o movimento ecumênico e as igrejas falavam de raça em termos teológicos elevados, era perfeitamente possível estarmos todos de acordo. Quando enfrentamos, porém, o desafio do racismo institucional — isto é, o fato de que as nossas igrejas, através dos seus investimentos e por outras formas, estão ligadas diretamente a regimes racistas — então as questões se tornam controversas, e as decisões que têm de ser tomadas são muito penosas e problemáticas para a continuação da nossa comunidade no CMI.

P.: Essa modificação do ambiente mundial terá algo a ver com o fato de que as igrejas do Terceiro Mundo agora são maioria?

R.: Os países do Terceiro Mundo constituem a maioria nas Nações Unidas; sem dúvida. Não sei se as igrejas do Terceiro Mundo constituem maioria no Conselho Mundial. Mas o papel que desempenham no movimento ecumênico não é muito grande, porque, para fins de representação, o CMI toma por base o tamanho numérico das igrejas. O poder do voto e do dinheiro ainda pertence ao Ocidente. Não obstante, posso afirmar que a presença das igrejas do Terceiro Mundo no Conselho se tem feito sentir sob vários aspectos. Mormente, foram elas que levantaram a questão crucial da identidade das igrejas: O que significa ser igreja, no mundo de hoje? A identidade tem algo a ver com o seu relacionamento com as igrejas do Ocidente, através das agências missionárias; também coloca para as igrejas ocidentais certas questões de auto-percepção, ou seja, referentes à compreensão que têm de si mesmas. Por exemplo, diz-se, no Ociden-

te, que findou-se a era Constantiniana. Mas isto não passa de simples retórica, pois as nossas igrejas, embora não gozem da autoridade que possuíam outrora, ainda são poderosas quanto a finanças, números e prestígio; ao passo que na América Latina, na Ásia e na África as igrejas têm menos força e, nestes dois continentes, constituem uma pequena minoria das demais religiões.* Paradoxalmente, porém, exercem um papel de grande importância na sociedade, desproporcional aos seus reduzidos números — principalmente através das grandes instituições estabelecidas nos respectivos países com o auxílio das agências missionárias e de serviço das igrejas ocidentais. Assim, pois, todas as igrejas enfrentam a questão do nosso relacionamento com os poderes da sociedade, quer governamentais, industriais, ou culturais. Algumas pessoas falam em termos de um desengajamento em relação a estes poderes, uma “separação de igreja e estado”. Mas para nós, em consequência da própria natureza da nossa fé, e de tudo aquilo que o movimento ecumênico nos ensinou, a questão é esta: Qual a natureza do engajamento dialético da igreja com a sociedade, hoje, em qualquer lugar do mundo?

III

P.: Que conclusões devem as igrejas do Ocidente tirar dessas experiências?

R.: Em primeiro lugar, sendo elas a fonte de onde emanaram a reflexão teológica e as estruturas eclesiais e eclesiológicas, requer-se dessas igrejas um sério esforço de reflexão e reformulação, em decorrência não somente da situação na Europa e na América do Norte, mas

também das suas relações com as “igrejas jovens” e do próprio fato do movimento ecumênico. Precisamos reconsiderar o que significa ser o povo de Deus no mundo de hoje. Precisamos, também, repensar o sentido da universalidade da igreja. No passado, esta universalidade significava a expansão da igreja ocidental para as outras partes do mundo. Agora, teremos de aprender a encará-la como o reconhecimento da igreja em cada localidade como representante da igreja universal, a exigir de nós, portanto, que realmente demos ouvidos uns aos outros, e aceitemos a correção mútua, através da operação do Espírito Santo no seio da comunidade ecumênica.

P.: Esta nova universalidade resultará em uma só igreja? Quer dizer que igrejas de tipos bem diversos terão de viver juntas?

R.: Isto era evidente, mesmo nos primeiros séculos. Foi quando as grandes sérs metropolitanas deixaram de reconhecer a particularidade das várias igrejas que se rompeu a unidade eclesial autêntica, e manifestaram-se as tendências totalitárias das igrejas ocidentais. Somos herdeiros dessa tradição infeliz. Portanto, devemos aplicar-nos a uma reconsideração da nossa própria história eclesial. Uma das contribuições das igrejas ortodoxas ao movimento ecumênico tem sido a de nos ajudar a compreender a universalidade em termos não-coercitivos e não-papais. (A propósito, está-se processando no seio da própria Igreja Romana um forte debate em busca de uma nova compreensão da universalidade). Mas o movimento ecumênico está nos ajudando também a encarar a universalidade num sentido mais profundo; isto é, não somente como o reconhecimento da particularidade das igrejas, mas com a disposição de aceitarmos umas às outras numa comunhão plena. Assim, a universalidade e a unidade se vêem, não em termos de unificação de doutrina e estruturas, mas de uma verdadeira koinonia, na qual pode

* O entrevistado se refere, pelo menos no caso da América Latina, às igrejas filiadas ao CMI, e às igrejas protestantes em geral. (N. da T.)

haver diversidade de vida teológica e eclesiológica, bem como de relações entre igrejas situadas em diferentes culturas.

P.: O Sr. falou em compartilhar. Sem dúvida, tem consciência de que isto toca em uma das questões mais delicadas do movimento ecumênico, a saber, o relacionamento entre igrejas ricas e pobres. Como vê esta questão de compartilhar, em termos materiais, no que tange a essa nova universalidade?

R.: Sem dúvida, as relações entre ricos e pobres são muito difíceis, principalmente quando ambos estão separados por milhares de quilômetros. É difícil as pessoas confiarem uma nas outras, quando tem diferentes estilos de fazer as coisas, de tomar decisões, de prestar contas de si mesmas. Ainda não começamos a reconhecer as diferenças de estilo e a depositar essa confiança essencial. Todavia, além da questão do compartilhar de verbas e de pessoal, existe outra. Há modos diversos de reflexão teológica, porque, quando se pensa teologicamente, tem de se fazê-lo no contexto da própria cultura e situação. Há, portanto, diferentes modos de se confessar a mesma fé, de se estruturar a vida da igreja, e de se expressar a natureza da autoridade (oficiais, concílios eclesiásticos, etc.) Mas o triste e estranho fato é este: as mesmas igrejas que impuseram um determinado conceito de como deve ser a igreja e do que deve ser a confissão de fé, estão a exigir em toda parte, a adoção de determinada opinião sobre como se devem tomar decisões e prestar contas quanto ao emprego de verbas. Porém o compartilhar implica em confiança mútua no corpo de Cristo. Uma tarefa essencial do movimento ecumênico é a de ajudar as igrejas a fortalecer sua confiança umas nas outras.

IV

P.: O Sr. se refere às igrejas. Quem são, de fato, os participantes do Conselho Mundial? Dizem que as igrejas institucionais podem lidar umas com as outras,

sem maiores dificuldades. Mas, e a respeito dos grupos de base, qual o seu papel no movimento ecumênico?

R.: O movimento ecumênico tem caminhado em dois níveis. No primeiro — o de trazer as igrejas do seu isolamento para a comunhão umas com as outras — o Conselho Mundial tem sido, oficialmente, bem sucedido. No segundo nível, ele se relaciona com os “movimentos de base”. Assim, pois, os programas do Conselho Mundial, na realidade, se tem efetuado em vários lugares e através de grupos diversos: leigos, academias, institutos e centros de estudo; grupos industriais urbanos; sociólogos e economistas empenhados na reflexão e busca de soluções em torno de questões de igreja e sociedade. Estes grupos de base têm constituído, por assim dizer, o movimento ecumênico clandestino e, de fato, têm ajudado a manter vida a integridade do movimento.

P.: Estes dois níveis implicam numa distinção entre teólogos e leigos?

R.: Na realidade, não. Porque, atualmente, alguns dos teólogos mais esclarecidos — que, aliás, não andam escrevendo muitos livros hoje em dia — estão engajados nestes grupos de base e procurando refletir sobre as suas experiências. Por outro lado, existem leigos ainda mais eclesiásticos do que os teólogos!

P.: É de opinião de que existe uma forte tensão entre as igrejas institucionais e estes grupos de base? E, em caso afirmativo, isto não cria embaraços para o seu trabalho no movimento ecumênico?

R.: Certamente essas tensões existem — em grau mais acentuado em alguns lugares do que em outros. Por exemplo, são mais fortes na América Latina, em consequência da história das suas igrejas, tanto Protestantes como Católico Romanas. Mas sempre houve, ao longo de toda a história da igreja, tensão entre instituições e pessoas, sob diversas formas: através das ordens monásticas, das

associações religiosas, das sociedades missionárias domésticas e estrangeiras, e, mais recentemente, dos grupos de renovação. O problema tem sido de conservá-los a todos numa tensão criativa uns com os outros. Esta é hoje uma das principais tarefas do Conselho Mundial de Igrejas.

P.: A entidade é denominada Conselho Mundial de Igrejas. Não será, portanto, obrigada em primeiro lugar a tratar com as igrejas "oficiais"? E isto não cria um problema para o seu trabalho, posto que às vezes se vê ligada a grupos de base que não são idênticos às igrejas oficiais?

R.: Sim, mas o Conselho Mundial de Igrejas entende por igreja todo o povo de Deus, e atua em função disto. Não pensamos em termos puramente eclesiológicos e oficiais. Além disto, o Conselho Mundial é também chamado o servo das igrejas. E a função de servo compreende dois aspectos, ligados indissoluvelmente um ao outro, como disseram os profetas e Jesus. Um aspecto é demonstrado no ato de Jesus lavar os pés dos discípulos — um ato em si profético. O segundo aspecto é demonstrado no seu desafio aos discípulos — o povo de Deus e do mundo — com as instâncias da vontade de Deus e, quando eles se recusam a enfrentar a cruz, pelas suas palavras "Aparta-se de mim, Satanás". O Conselho Mundial de Igrejas é servo, no sentido de que está à disposição das igrejas como canal de serviço e de comunhão mútua, e também no sentido de que lhes apresenta o desafio de uma obediência mais profunda e de uma ação custosa.

P.: Tem a impressão de que os programas do Conselho Mundial também sofreram transformações após a guerra?

R.: Sim, modificações profundas. Os programas se radicalizaram. Vejamos, por exemplo, o setor de Fé e Ordem, o qual, na sua preocupação com a unidade da igreja, procurou alcançar alguns princípios gerais de unidade por meio da ecle-

siologia comparada. Hoje, não se pode falar na unidade da igreja, sem falar na unidade humana, o que levanta questões de nacionalidade e cultura que, anteriormente, eram consideradas fatores não teológicos; nem se pode falar na unidade da igreja em geral, mas antes tem-se de se empenhar em tentativas concretas de união de igrejas em cada localidade. Ou vejamos o caso de Igreja e Sociedade, que, partindo de estudos sobre a sociedade responsável, voltou-se, sucessivamente, para estudos das áreas de transformações sociais rápidas e de desenvolvimento. Hoje, o Departamento de Igreja e Sociedade enfrenta os problemas de libertação, revolução e violência, e as questões éticas suscitadas pelo imenso poder das descobertas científicas e tecnológicas.

Outro exemplo: a Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais, que era constituída por "diplomatas eclesiológicos" — homens conhecidos pessoalmente de políticos dos países ocidentais, e que tinham livre acesso às salas das Nações Unidas e às chancelarias do mundo ocidental. Esses homens realizaram um excelente trabalho. Porém o mundo mudou radicalmente. Hoje, com a maioria das nações já independentes, e com crises políticas a assolar todos os países, sejam quais forem as suas ideologias, a tarefa é bem maior e mais complexa. E a CIAI já não pode trabalhar por conta própria. Por exemplo, ela acaba de resolver um impasse onde ninguém o esperava: na resolução do conflito do Sudão. A solução, porém, tornou-se possível em função das verbas concedidas pelo Conselho Mundial aos movimentos de libertação africanos, e do apoio dado aos refugiados pela ajuda Inter-eclesiológica. Isto obtivera para o Conselho Mundial um crédito de confiança que possibilitou ao seu pessoal e à Conferência Pan-Africana de Igrejas agir por intermédio de certos líderes muçulmanos da África. Estes, por sua vez, ajudaram a promover consultas entre as duas facções, que resultaram em acordo.

Vejamos, ainda, nosso trabalho junto aos leigos, aos jovens, e às mulheres. Antes, estes grupos se preocupavam com a renovação das igrejas. Todavia — posto que eles, nas nossas igrejas, representam os destituídos de poder — hoje estamos conversando com eles mais em termos de poder para aqueles que não o possuem, de vivência no contexto de mudanças nos padrões éticos, e de educação através da conscientização.

Tal radicalização de programas poderia resultar numa polarização difícil de se conduzir. Urge, pois, que no Conselho Mundial encontremos formas de trabalho bem diversas daquelas às quais estamos acostumados. E moitras palavras, devemos providenciar o que eu denominaria de uma confrontação corajosa nos lugares onde se desenrola a ação, bem como nas reuniões organizadas em níveis regional e mundial.

VI

P.: O Sr. já deu alguns indícios quanto à estratégia do Conselho Mundial. Como vê a sua atuação no futuro?

R.: Preconizo a sua atuação em dois sentidos primordiais. Temos de realizar um trabalho muitíssimo mais eficaz de comunicação com as nossas igrejas e o nosso povo, a fim de ajudá-los a perceber as questões que estão em jogo hoje. Pois, por incrível que pareça, quando deixamos os nossos grupinhos internacionais e viajamos pelas igrejas, verificamos que elas ainda estão usando a linguagem das décadas dos quarenta e dos cinquenta. Não enxergam ainda a radicalização, nem sequer dos seus próprios países. Em segundo lugar, teremos de fazer mais do que simplesmente organizar reuniões internacionais e produzir trabalhos escritos; temos de descobrir meios de proporcionar oportunidades para encontros de grupos em situações reais onde têm de se tomar decisões.

P.: Existe o perigo de que o Conselho Mundial de Igrejas se torne, ele próprio, uma igreja?

R.: Nunca houve tal perigo, porquanto o Conselho Mundial de Igrejas deve a sua existência às igrejas a ele filiadas. Se elas realmente temem que o Conselho venha a se tornar uma super-igreja, basta cortarem o seu apoio financeiro, e ele deixaria de existir! Sou de opinião, porém, que o Conselho tem estado muito atento ao fato de que não pode ditar ordens às igrejas. Somente se quiserem ouvir o que ele tem a dizer, poderá ter efeito junto a elas. Todavia, é possível que o nosso estilo de trabalho tenha provocado tal receio: o nosso jeito de sempre fazer as coisas internacionalmente, procurando obter pronunciamento de consenso, conseguindo que líderes eclesíásticos, reunidos, concordem em torno de questões que não tinham intenção nenhuma de levar a sério ao regressar às suas igrejas. Há, também, a circunstância de que os representantes das igrejas têm uma tendência esquizofrênica: são radicais nas reuniões ecumênicas, mas conservadores nas suas próprias igrejas.

Em todo caso, estamos vivendo hoje uma nova espécie de situação. Após a guerra, e principalmente após a liquidação dos impérios coloniais, houve um movimento muito forte em direção ao internacionalismo e a sua comunidade mundial. A revolução científica e tecnológica nos introduziu deveras numa comunidade mundial, e os conflitos das grandes potências nos tragaram a todos numa história comum. Ao mesmo tempo, trava-se uma batalha intensa pela identidade de nações, de grupos e de pessoas. É este fato, ao meu ver, que nos desafia ao reconhecimento da particularidade e da diversidade. A ânsia pela comunidade mundial, e a luta pela identidade, não são antagonísticas, mas sim complementares. Esta é a nova realidade que temos de enfrentar.

P.: Seria função do Conselho Mundial de Igrejas, então, organizar tais conflitos, no seu próprio território, ou nos seus próprios termos. Que aspecto isto assumiria?

R.: Em primeiro lugar, as agendas do Conselho Mundial estão se aglutinando. Mas, desde que os seus diversos departamentos têm composições, ideologia e orientação teológica distintas, eles funcionam com diferentes pressupostos teológicos e ideológicos, e em estilos diversos. É preciso que haja muito mais conflito desta natureza, dentro mesmo da própria estrutura do Conselho Mundial. E isto se conseguirá, não trabalhando em Genebra, mas atacando os problemas em diferentes localidades. Porém o conflito deverá ser visto sempre como meio de um encontro mais criativo, e de transformações inovadoras.

VII

P.: O que o Sr. espera do Conselho Mundial de Igrejas, e qual a esperança dele?

R.: Creio que existe um futuro muito estimulante para o Conselho Mundial de Igrejas, graças à situação de conflito criada pela nossa busca simultânea de identidade e de comunidade. Todos nós vivemos uma história comum, e embora nem sempre simpatizemos uns com os outros, sabemos que temos de viver juntos. Isto torna o Conselho Mundial de Igrejas uma necessidade — para falar de forma apenas negativa. Em termos positivos, creio que temos a possibilidade de lançar mão dos variados recursos de que dispõe a igreja, ao redor do mundo, e encontrar meios diversos para enfrentar os problemas e os desafios da nossa época. Podemos compartilhar as nossas experiências diversas e, igualmente, ser fiéis ao Evangelho. Repito, temos esta possibilidade. Porém, existe também o perigo de se temer a tal ponto as transformações, que venhamos a perder o contato com o movimento da história. Temos de decidir. Tenho esperança que a nossa decisão seja a de confiar, com fidelidade e coragem, no poder e na direção do Espírito Santo.

(Tradução de Billy Gammon)